

AUDIÇÃO SOBRE BIBLIOTECAS NA COMUNIDADE EUROPEIA *

LUXEMBURGO
11-12 DE FEVEREIRO DE 1987

RELATÓRIO

1. ANTECEDENTES

Convocada pela Comissão, teve lugar em 11 e 12 de Fevereiro de 1987 uma consulta sobre bibliotecas na Comunidade Europeia, a qual reuniu 46 delegados dos Estados-membros e 11 observadores representantes de organizações internacionais e diversas associações de relevo. Os delegados foram designados pelos Estados-membros através das suas representações permanentes junto das Comunidades Europeias.

Este acontecimento surgiu no seguimento da Resolução do Conselho de 27 de Setembro de 1985 acerca da colaboração entre bibliotecas no domínio da informática (JO n.º C271/1 de 23.10. 1985) na qual os Ministros dos Assuntos Culturais das Comunidades Europeias solicitam à Comissão que considere a oportunidade de uma acção rápida destinada a ajudar as bibliotecas na utilização eficaz das novas tecnologias da informação e para preparar propostas a nível europeu dentro deste domínio.

O propósito desta consulta consistiu em dar apoio à Comissão na preparação de propostas atribuindo aos representantes dos Estados-membros responsabilidades nesta matéria a nível governativo e profissional, dando-lhes oportunidade de manifestar os seus pontos de vista relativamente às seguintes questões:

- vantagens em termos económicos, culturais e sociais da cooperação a nível comunitário;
- viabilidade económica, oportunidade e cabimento dentro das atribuições da Comissão (i.e. sem se sobrepor às competências nacionais) de uma acção internacional e a fortiori Comunitária;
- grau de prioridade a atribuir a tais acções.

* Documento oficial, recebido da CEE para divulgação.

A Comissão tem perfeita consciência do facto de que as bibliotecas representam nas Comunidades Europeias enormes potenciais em termos financeiros e humanos ao mesmo tempo que constituem um espólio insubstituível e uma importante correia de transmissão do conhecimento, do património cultural dos povos e da informação. Estimativas recentes indicam a existência de mais de 90 000 bibliotecas de todos os tipos (das quais mais de 25 000 de dimensão média e grande), com um espólio de cerca de 1,4 mil milhões de volumes destinadas a servir uma população de 320 milhões de pessoas (sem contar com o grande número de periódicos que se encontram depositados nas bibliotecas; a título meramente indicativo da ordem de grandeza, refira-se que a agência internacional ISDS a qual distribui códigos ISSN, dispõe de 225 000 títulos a partir de uma base de dados de 350 000 items — a qual está ainda longe de se encontrar completa). Estima-se em cerca de 1/4 de milhão o número de pessoas que actualmente trabalham em bibliotecas, as quais originam gastos públicos anuais da ordem dos 5.5 a 10 000 milhões de ECU's. Todavia o mundo das bibliotecas é algo de extremamente complexo e fragmentado, em grande parte devido à enorme diversidade do papel e das funções desempenhadas pelos vários tipos de bibliotecas, e ao contexto jurídico, social e histórico específico no qual as bibliotecas se encontram envolvidas em cada país. Por um lado bastará olhar para os números para vermos confirmada a importância das bibliotecas na nossa sociedade no contexto da rede de aquisição de conhecimento/difusão de informação. Por outro lado, a própria complexidade da sua situação aliada a estes números reflecte a amplitude do processo de adaptação necessário para fazer face às exigências da sociedade orientada para um novo tipo de informação e serviços. Reflecte também a multiplicidade dos problemas que há que enfrentar para alcançar os grandes objectivos consagrados na Resolução do Conselho.

Na sequência imediata da aprovação da Resolução, a Comissão desencadeou inúmeros contactos bilaterais informais e iniciou toda uma série de estudos e análises da situação actual em colaboração com entidades nacionais. Como resultado de toda esta acção, foram identificados temas e problemas em relação aos quais se faz sentir a necessidade de uma ampla troca de impressões com os representantes dos Estados-membros.

2. COMO FUNCIONOU A CONSULTA

Foi assim decidida a realização de uma consulta sobre biblioteca na Comunidade Europeia, e, por forma a estruturar o debate, os problemas identificados foram apresentados sob a forma de uma lista não exaustiva de 16 perguntas dirigidas às delegações convidadas. Por uma questão de conveniência, as questões foram agrupadas em torno de cinco grandes temas nomeadamente: abordagem geral; cooperação e estabelecimento de redes entre bibliotecas; multilinguismo e acesso temático; preservação e conservação das colecções; formação do pessoal de biblioteca. A consulta realizou-se de acordo com esta mesma estrutura; dividiu-se em 6 sessões cada uma dedicada a um tema específico e uma sessão final para elaboração das conclusões; foram designados 5 presidentes: 1

presidente geral ou moderador, 3 presidentes para as cinco sessões sobre os vários temas, e 1 relator geral para a sessão de encerramento. As sessões foram presididas por personalidades de grande prestígio nacional e internacional, com poder de decisão a nível político. O novo Director da Biblioteca Nacional de Espanha desempenhou as funções de relator. Coube ao Director da DG XIII/B proferir a alocação de abertura e o desempenho das funções de Presidente-geral adjunto. As observações finais estiveram a cargo do Director-geral adjunto da DG XIII.

De uma forma geral houve um porta-voz por delegação nacional em cada sessão. Os trabalhos estiveram sempre marcados por uma concertação entre os membros de cada delegação e provavelmente também a nível nacional havendo a registar uma notável disciplina na apresentação dos pontos de vista nacionais dentro do tempo atribuído a cada delegação. Aos observadores foram igualmente dadas inúmeras oportunidades de manifestarem as suas posições.

3. RESUMO DAS SESSÕES

3.1 Tema: cooperação e estabelecimento de redes entre bibliotecas

Presidência: D. VARLOOT, Director, Direction des Bibliothèques, des Musées et de l'Information Scientifique e Technique (DBMIST), Ministère de l'Education Nationale, Ministère de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur, França.

A Resolução do Conselho de Ministros sublinha a importância da cooperação e do estabelecimento de redes de contacto entre as bibliotecas. Este foi consequentemente um dos temas centrais desta consulta.

A sessão assentou sobre 4 questões cada uma delas focando aspectos fundamentais e diferenciados desta problemática: o princípio da acção directa ou indirecta; as redes físicas de dados; as redes lógicas de dados; as interacções entre editores e livreiros.

Pretendeu-se com esta sessão traçar o perfil de uma acção comunitária que, considerando as limitações e os obstáculos que se colocam à cooperação, possa contudo contribuir para a definição de metas razoáveis a atingir e de prioridades a observar.

Questão a):

Deverá uma acção a nível comunitário na área do estabelecimento de redes concentrar-se na promoção de aplicações práticas e desenvolvimentos, ou, sobretudo, nos requisitos prévios (por exemplo normas, etc.)?

Registou-se um certo consenso em torno de facto de que a teoria deve ser completada pela acção prática e vice-versa — isto é, a aplicação das normas internacionais existentes tem de ser estimulada em todas as acções a realizar, ao mesmo tempo que deveria ser acelerado o processo de standardização através de

experiências piloto de demonstração, por forma a que as acções não sejam bloqueadas ou adiadas por falta de normas definitivas. Por outras palavras, a Comissão deveria concentrar a sua acção nas duas frentes, nomeadamente na remoção dos obstáculos à cooperação internacional, e no campo das aplicações práticas as quais possam levar a uma melhor compreensão dos problemas a resolver. Tais aplicações poderiam igualmente contribuir para a harmonização e a coordenação do desenvolvimento e da utilização de normas. Foi recomendada a fixação de prazos realistas no que se refere ao que se pode atingir no curto prazo bem como ao que se revela essencial no longo prazo, assim como uma abordagem de baixo para cima, baseada nas conquistas já alcançadas (incluindo os acordos de cooperação). Registou-se também um apoio geral às normas internacionais existentes, tais como o formato UNIMARC e o sistema ISBN, tendo sido identificadas áreas nas quais se revela necessário um esforço adicional tanto a curto como a longo prazo que vista à harmonização e ao desenvolvimento das normas. Registou-se por exemplo uma clara necessidade de harmonização dos softwares a nível das aplicações do CD-ROM às bibliotecas. Foram igualmente referidos os obstáculos que se colocam à cooperação internacional num contexto de redes informáticos; como exemplos de áreas problemáticas destacam-se as normas, assim como os direitos de autor e as tarifas a aplicar para os serviços.

Questão b):

Tendo em conta o facto que o estabelecimento de redes entre bibliotecas implica a utilização das infra-estruturas das redes e serviços públicos de telecomunicações, que medidas específicas às bibliotecas seria necessário tomar a nível comunitário no que respeita ao estabelecimento de redes? Essas medidas deveriam orientar-se explicitamente para a introdução de redes avançadas, tais como Integrated Services Digital Network (ISTN)?

Houve consenso em torno do facto de que o sector das bibliotecas deve poder contar com o desenvolvimento de redes públicas de dados avançadas e eficientes. Neste contexto, parece ser necessário levar ao conhecimento dos PTTs as características do sector, na sua qualidade de grupo utilizador. Foi igualmente sublinhada a importância da abordagem OSI/ISDN para interligar sistemas díspares de hardware e software, bem como o significado do contributo europeu para o desenvolvimento de normas de utilização adequadas (protocolos, interfaces, etc.), ao mesmo tempo que era salientada a necessidade de arranque de projectos-piloto nesta área destinados à exploração de soluções tecnológicas. A existência a nível nacional de «redes de investigação» altamente avançadas e interligadas foi considerada como uma estrutura e um veículo potencial para a interligação de sistemas de bibliotecas. Foi também referido que as tarifas relativas a comunicação de dados, em particular aquelas que não dependem da distância, constituíam um factor-chave e que, neste contexto, o desenvolvimento da tecnologia óptica para memórias de massa com grande densidade, tal como o CD-ROM, apresenta vantagens na medida em que a ele não estão ligados custos de telecomunicação.

Questão c):

Se «uma zona europeia de catálogo», «um mapa europeu de perfis de aquisição das bibliotecas» e «um espaço europeu para a comunicação de documentos» constituem objectivos realistas e vantajosos, que medidas deveriam ser tomadas para que os procedimentos lógicos e a metodologia permitam atingir esses objectivos, e sobre quais aspectos devem recair as prioridades?

As delegações presentes acordaram acerca da importância das bibliografias nacionais como pedras basilares de uma «zona europeia de catálogo». Foi também concedida prioridade à melhoria dos serviços destinados aos utilizadores das bibliotecas e tudo o que daí resulta. Neste contexto, deve ser dada prioridade à harmonização a nível comunitário das práticas e dos procedimentos relacionados com a requisição e a comunicação de documentos — i.e. empréstimos interbibliotecas (EIB) — incluindo a estrutura das despesas inerentes a tais serviços. Uma tal definição de prioridades deveria fornecer as orientações para acções práticas baseadas nas conquistas já existentes e numa abordagem descentralizada para a qual, mais uma vez, se requiere um certo pragmatismo. Foram apresentadas várias sugestões as quais incluíam nomeadamente: a definição de códigos internacionais de procedimento para um EIB à escala comunitária e para sistemas e redes de empréstimos interligadas; seria útil para os utilizadores a existência de uma base de dados que fornecesse um guia prático das bibliotecas e respectivas colecções; uma conversão retrospectiva dos velhos catálogos representaria uma importante conquista europeia orientada para a partilha dos recursos; a ideia de um posto de trabalho de bibliotecas universal mereceu uma investigação assim como o estudo teórico para a identificação de colecções nas bibliotecas com vista à definição de um mapa europeu de perfis de aquisição das bibliotecas.

Questão d):

Que repercussões sobre as interações entre bibliotecas e editores/livreiros deveriam ser incentivadas (ou evitadas) no âmbito da cooperação europeia no estabelecimento de redes?

Verificou-se, por parte das bibliotecas, uma certa abertura em considerar a necessidade de incentivar a cooperação entre editores e livreiros para o benefício mútuo de ambos os sectores, apesar da existência de alguns conflitos de interesses entre ambas as partes. Reconheceu-se a necessidade de uma mais ampla discussão a nível da Comunidade Europeia entre os dois sectores por forma a identificar e posteriormente construir uma plataforma comum. Foram sugeridas várias áreas onde pode ser desencadeada uma acção comum (por exemplo «a catalogação na publicação», o conjunto de dados relativos a catálogos básicos e a serviços, a edição electrónica, os problemas relacionados com direitos de autor relativamente a meios de comunicação alternativos, o apoio da indústria para o estabelecimento de normas, etc.).

Síntese dos trabalhos: considerou-se desejável uma atitude aberta e pragmática por forma a tornar possível a obtenção de resultados visíveis num espaço de tempo razoável. Salientou-se a necessidade de coordenação e harmonização a nível europeu das regras de utilização e das normas, tendo sido igualmente sublinhada a necessidade urgente de tirar as necessárias ilações das aplicações práticas e das experiências-piloto no âmbito do estabelecimento de redes e das interligações. A satisfação das necessidades dos utilizadores das bibliotecas deve constituir um dos principais pilares da cooperação.

3.2 Tema: multilinguismo e acesso temático

Presidência: Prof. Dr. G. PFLUG, Director Geral, Deutsche Bibliothek, RFA.

Embora o tema central da consulta fosse a cooperação e o estabelecimento de redes entre bibliotecas, esta sessão assim como as duas que referimos em seguida abordaram áreas complementares em relação às quais, tendo em vista a situação particular da Europa, serão necessárias acções para reforçar (e talvez também para garantir) a eficácia de qualquer acção comunitária a favor das bibliotecas.

As questões levantadas neste âmbito dizem respeito ao problema do acesso a catálogos de biblioteca que possam ser lidos por máquinas num contexto de multilinguismo — i.e. a busca em catálogos de diversos países em diversas línguas. O problema é particularmente complexo em virtude da natureza de tais catálogos (e de quem a eles tem acesso). A implementação e naturalmente a manutenção de tais esquemas constituem soluções muito onerosas.

A sessão abordou três grande questões as quais na sua essência se prendem com a questão de saber se o acesso multilíngue aos catálogos das bibliotecas deve ser considerado prioritário e, em caso afirmativo, qual a abordagem mais aceitável (e mais facilmente aplicável) para resolver a questão tanto no curto como no longo prazo.

Questão a):

Dado que o acesso multilíngue por temas nos catálogos informatizados constituirá, provavelmente, um problema premente, será uma acção comunitária justificada, e se assim for, qual o procedimento mais oportuno e útil com vista a facilitar a cooperação internacional (p. ex. por disciplina, por tipo de instrumento de procura, incluindo ficheiros por autores especializados, etc.)?

A maioria dos participantes defendeu que este problema merecia que lhe fosse prestada a devida atenção. Entre os vários tipos de instrumentos de recuperação de informação foi dada preferência aos sistemas baseados na linguagem natural/índices temáticos/chave. Sugeriu-se que a solução para o problema poderia situar-se a dois níveis: uma mais ampla, para o público e uma outra sofisticada destinada a utilizadores especializados. Foi contudo sublinhada a

necessidade de um certo trabalho de base com vista a inventariar as listas/colectâneas existentes e a sua utilização nas bibliotecas. Em relação a algumas línguas colocam-se difíceis problemas linguísticos e de transliteração.

Questão b):

Os ficheiros de autoridade como instrumentos de acesso dos utilizadores deverão ser objecto de uma atenção especial?

Os ficheiros de autoridade mereceram especial atenção. Em particular, a ideia da tradução e coordenação dos actuais ficheiros por autores e temas especializados (tais como os índices temáticos da Library of Congress) assim como a questão da definição de um modelo normalizado para estas listas foram temas que mereceram o apoio dos participantes.

Questão c):

A investigação e o desenvolvimento a longo prazo deverão ser incentivados para que se explore a capacidade do computador para ajudar a resolver o problema do acesso multilíngue aos catálogos de biblioteca?

Numa perspectiva de longo prazo, a utilização de técnicas de tradução automática deveria ser investigada à medida que evolui. A ideia da criação de um teclado e de um jogo de caracteres europeus para os terminais de computadores foi também considerada como algo que merece ser investigado.

Em síntese, o problema do acesso multilíngue não deve ser ignorado, ao mesmo tempo que não pode ser tratado de forma isolada. Esta questão deveria talvez ser abordada num contexto mais amplo. Poderia igualmente enquadrar-se num projecto-piloto financiado pelo programa.

3.3 Tema: preservação e conservação das colecções

Presidência: Prof. Dr. G. PFLUG, Director-Geral, Deutsche Bibliothek, RFA.

Esta questão tem vindo a ser alvo de grande interesse. Este facto deve-se certamente ao fraco significado de que esta problemática se revestiu no passado (recente). Há porém outras dimensões do problema as quais não podem ser menosprezadas e que justificam o interesse manifestado: a necessidade de preparar as bases para a preservação do presente e do futuro numa sociedade dominada pelas novas tecnologias de informação; a necessidade de assegurar um melhor acesso (e conseqüentemente uma maior disponibilidade) a colecções valiosas que se encontram na posse de bibliotecas. Trata-se por conseguinte de

um sector no qual as acções a desencadear podem coincidir ou mesmo dar uma forma concreta ao tema central desta consulta, contribuindo para evitar a duplicação de esforços.

Basicamente as questões levantadas colocaram a questão de saber se haveria interesse em desencadear acções internacionais *úteis* e, em caso afirmativo, quais as finalidades específicas a atingir a nível comunitário.

Questão a):

O problema da preservação e conservação poderá ser tratado utilmente numa perspectiva internacional e interdisciplinar?

Parece óbvia a necessidade urgente de agarrar o problema a nível nacional. Perante a questão da utilidade da coordenação e da cooperação a nível internacional, incluindo o intercâmbio internacional de conhecimentos e de experiências, a resposta unânime foi *Sim*, como o foi também no que se refere à abordagem interdisciplinar sempre que tal se revele necessário.

Por conseguinte:

Questões b) e c):

Quais seriam os principais objectivos da cooperação internacional (p. ex. investigação e desenvolvimento, inventários, projectos-piloto, etc.) e quais seriam as prioridades?

Quais deveriam ser os objectivos da Comissão nesta área?

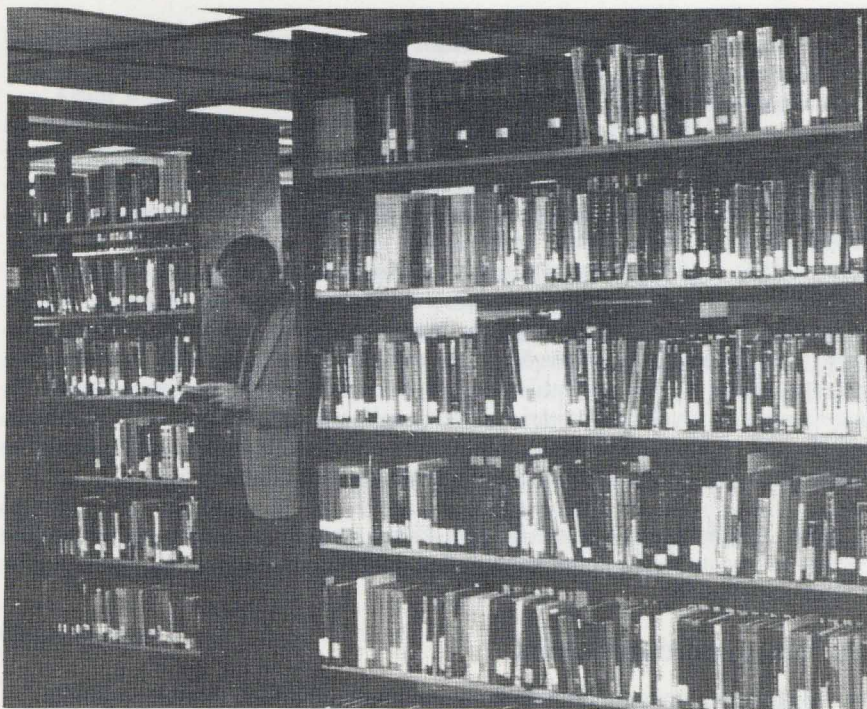
Os participantes reconheceram a complexidade dos problemas, a vastidão dos desafios e das opções a realizar — p. ex. entre conservar o passado e preservar o futuro, entre conservar o objecto em si mesmo ou só o seu conteúdo, etc. Foram apontadas contudo uma série de prioridades para a cooperação internacional e em particular no que se refere à acção a desenvolver a nível comunitário, facto que mereceu apoio maioritário. Registou-se igualmente significativo apoio para a realização de uma série de aplicações práticas e úteis, concebidas para contribuir para a identificação na Europa de tudo aquilo que já foi feito ou deveria ser feito para conservar/preservar e contribuir para o leque de conhecimentos nesta matéria. Tais aplicações incluíriam nomeadamente: um registo de publicações secundárias em matrizes de microfichas; uma metodologia para descrever e inventariar as colecções que se encontram nas bibliotecas; estudos técnicos, em especial acerca da utilização de meios ópticos para as publicações secundárias, etc. Recomendou-se também o desencadear de acções tendentes à utilização nas publicações de papel permanente, tratando-se de um objectivo de longo prazo que envolveria todas as partes interessadas. Há problemas que não podem ser ignorados (p. ex. o depósito legal de meios de comunicação alternativos; os equipamentos obsoletos utilizados para certo tipo de meios de comunicação, etc.).

Em síntese, foi sublinhada a importância da acção comunitária neste sector ao mesmo tempo que foram traçadas as directrizes para uma tal acção, com ênfase especial sobre a aplicação das novas tecnologias de informação.

3.4 Tema: formação do pessoal de biblioteca

Presidência: Prof. Dr. G. PFULG, Director-Geral, Deutsche Bibliothek, RFA.

Como em toda a parte, a introdução eficaz de novas tecnologias de informação nas bibliotecas exige um esforço coordenado no âmbito da formação de



quadro técnicos. Embora tratando-se em primeira análise de um assunto de responsabilidade fundamentalmente nacional, houve já uma série de iniciativas comunitárias em áreas paralelas que constituem úteis precedentes. Embora a Resolução do Conselho de Ministros não faça referência à questão da formação, o êxito de qualquer iniciativa depende da disponibilidade de pessoal competente e receptivo.

A essência da questão colocada reside por conseguinte em definir como conseguir incluir uma componente de formação realista a qual possa completar qualquer acção comunitária levada a cabo nesta área.

Questão a):

Se o estimular a nível comunitário da fixação de objectivos modernos de formação para bibliotecários e o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos que permitam atingir esses objectivos for considerado como uma finalidade válida, que medidas contribuiriam mais concretamente para atingir tal finalidade?

Tendo em conta outros programas comunitários similares, existe uma necessidade específica de:

- promover a mobilidade entre bibliotecários profissionais e bibliotecários em formação;
- incentivar a partilha dos resultados de experiências-piloto neste domínio;
- desenvolver medidas especiais em certas disciplinas e em certos países, entre as medidas possíveis a considerar.

Registou-se consenso em torno do facto de que para além de objectivos óbvios de curto prazo, a formação profissional constitui um investimento para o futuro. Por conseguinte qualquer intervenção a realizar deverá ser feita em dois níveis: para completar outras intervenções (p. ex. estabelecimento de redes, preservação) e para promover a modernização da educação e da formação no domínio das bibliotecas. Sugeriu-se que esta questão assumisse diversas formas, tais como: intercâmbio de informação através de cursos de Verão e seminários sobre temas específicos; produção de material didáctico compatível com diversos sistemas sobre a aplicação/utilização das novas tecnologias; dinamização do intercâmbio a nível comunitário entre monitores e pessoas encarregadas da recolha e tratamento de informação; início de uma análise crítica sobre a inserção da temática relativa às bibliotecas nos programas escolares.

Em síntese, esta questão foi sem dúvida considerada de crucial importância relativamente ao impacto a longo prazo de qualquer acção comunitária a levar a cabo neste sector.

3.5 Tema: abordagem geral

Sessão presidida por C. C. LEAMY, Chefe do Departamento de Bibliotecas e Informação, Office of Arts and Libraries, Reino Unido.

A hipótese de partida é que o mundo das bibliotecas constitui algo de vasto, complexo e longe de ser homogéneo. A sessão girou em torno de cinco questões de ordem geral cujas respostas constituíram uma interpretação geral da Resolução do Conselho, isto é:

- uma definição primária dos objectivos gerais que devem ser prosseguidos de forma realista a nível comunitário;
- a adopção de princípios que contribuam para definir uma orientação global sobre a qual poderá/deverá assentar a acção comunitária.

Esta sessão destinou-se a dar aos participantes a oportunidade de exprimirem perante a Comissão os seus pontos de vista e as suas expectativas face a qualquer acção comunitária a desenvolver nesta área. Por razões de ordem prática, e por forma a dar aos participantes a possibilidade de ajustarem as suas respostas àquilo que já tinha sido dito no decorrer das sessões subordinadas a temas mais específicos, esta sessão de abordagem geral foi realizada em último lugar.

As cinco questões colocados cobrem uma série de temas que vão desde a previsão dos custos/benefícios e a melhoria na utilização dos recursos até à representação dos interesses profissionais do sector a nível comunitário, passando pelos tipos de bibliotecas, tipos de abordagem e de acção (estimulação ou investimento), mais adequados para uma acção a nível comunitário.

Questão a):

Qual a relação custos/benefícios que se pode e deve esperar de uma acção de cooperação apoiada pela Comissão a nível comunitário — e como poderia tal acção contribuir, para além de melhorar os sistemas e serviços de cada Estado-membro, para atingir uma utilização melhor e mais eficaz da totalidade dos recursos das bibliotecas na Comunidade?

Constatou-se que qualquer acção a nível comunitário, por mais modesta que seja, teria um efeito multiplicador em particular a nível nacional e constituiria consequentemente um investimento para o futuro trazendo consigo, benefícios indiscutíveis. Os participantes sublinharam igualmente que apesar da importância dos objectivos culturais de uma tal acção (em especial no que se refere ao seu contributo para a expansão do património europeu cultural europeia), há que entrar em linha de conta com os inevitáveis factores de ordem económica pelo que há que justificar economicamente tais acções. Foi igualmente referida a existência de ventagens (p. ex., como resultado da standardização de normas) resultantes de tipos de acções as quais só podem ser encaradas a nível comunitário em virtude da sua componente internacional.

Questão b):

Qual o tipo de bibliotecas no qual se deveria central uma acção de cooperação a nível comunitário, ou, por outras palavras como deveria ser interpretada a expressão «as bibliotecas importantes», utilizada na Resolução?

A priori, nenhum tipo de biblioteca deveria ser excluído do âmbito da acção comunitária. Tal facto implica uma abordagem escalonada em diversos níveis e etapas. Além disso, o termo «biblioteca» não deveria ser definido de forma demasiado estreita e deveria incluir os sistemas existentes de bibliotecas concorrentes. Obviamente que as primeiras beneficiadas seriam aquelas que se encontram em níveis mais avançados; é o caso das bibliotecas nacionais e das bibliote-

cas de investigação ou outros centros importantes. De facto, poderia ocorrer um processo de auto-selecção da participação de acordo com projectos apresentados e tendo em consideração as exigências dos utilizadores. Foi contudo considerada necessária uma abordagem pragmática desta questão.

Questão c):

Qual a abordagem mais adequada e mais frutuosa no que diz respeito a uma acção comunitária: orientação por assuntos, por sectores, por funções das bibliotecas, por factores temporais, etc.?

De uma forma geral, os participantes consideram que a combinação de todos estes aspectos poderia revelar-se mais vantajoso enquanto baseado nas orientações resultantes das prioridades nacionais. Por outras palavras uma abordagem pragmática voltada para projectos específicos e consequentemente baseada em objectivos realistas e concretos foi considerada como totalmente apropriada. Os participantes salientaram também que deveria ser dada ênfase a tudo o que há de tecnologicamente mais avançado precisamente porque a tecnologia é algo de facilmente transplantável.

Questão d):

Deverá a Comissão limitar-se a actividades de estímulo ou deverá também reduzir as discrepâncias existentes a nível do desenvolvimento das bibliotecas prevendo para o efeito um qualquer sistema de funcionamento (p. ex., para os investimentos)?

Os participantes consideraram necessárias acções práticas orientadas tanto para o estímulo como para a ajuda na redução das desigualdades regionais. Devem pois ser desencadeadas acções com vista a resolver problemas específicos e ao mesmo tempo com efeitos dinamizadores, as quais devem envolver, sempre que necessário, a participação nacional. Os participantes observaram porém a necessidade de recorrer a outros programas comunitários especificamente voltados para a redução das desigualdades regionais, se estes forem considerados apropriados.

Questão e):

Um processo que represente, à escala europeia, o mais amplo leque de interesses das bibliotecas e dos bibliotecários (actuando, assim, como um grupo de representação de interesses profissionais ou como grupo de pressão europeu), poderá ser considerado útil, exequível e desejável?

Considerou-se que valeria a pena explorar mais a fundo uma perspectiva europeia sobre este sector profissional, com a condição de não se sobrepor a outras organizações já existentes. Os participantes sublinharam no entanto que a

importância e a influência das associações de bibliotecários nacionais variam de país para país. Por conseguinte seria útil dinamizar este desenvolvimento especialmente nos países onde a importância destas associações é menor.

Em síntese, as delegações exprimiram uma preferência clara e concreta por uma abordagem pragmática a qual tornará possível o desencadear de acções, embora modestas, e assegurará que tais acções tenham incidências directas, ao mesmo tempo que evitará investimentos votados ao desperdício. Uma tal abordagem foi considerada preferível a uma abordagem voltada para a elaboração de regras e critérios complexos para a fixação de prioridades, a qual provocaria inevitáveis atrasos.

4. CONCLUSÕES GERAIS

Relator: J. P. FUSI, Director-Geral, Biblioteca Nacional, Espanha.
As principais conclusões a tirar desta consulta são as seguintes:

1. Constação unânime de que, não obstante as responsabilidades nacionais no campo das bibliotecas, é necessária uma acção concreta a nível comunitário e conseqüentemente exige-se que a Comissão desempenhe um papel claro nesta matéria — especialmente no que diz respeito à utilização das novas tecnologias de informação. Foi sublinhado o facto de que não existem dúvidas acerca dos benefícios resultantes duma acção comunitária neste domínio, tanto em termos económicos como culturais.
2. O efeito multiplicador, especialmente a nível nacional, de um programa comunitário para as bibliotecas foi considerado de importância primordial tanto a curto como a longo prazo.
3. Em termos gerais, um programa comunitário deveria naturalmente ter por objectivo informar, coordenar e harmonizar com vista a melhoria dos serviços a prestar aos utilizadores. Uma tal cooperação deveria também fomentar a nível das bibliotecas a capacidade de «pensar em termos europeus», e contribuir assim activamente para a unidade europeia.
4. Todas as sessões registaram um amplo consenso em torno da ideia de que qualquer acção comunitária deve ser orientada por uma abordagem pragmática, realista e prática.
5. Apesar de ser considerado necessário um esforço a longo prazo, os participantes sublinharam a urgência na obtenção de resultados práticos dentro de tempo razoáveis, o que implica uma abordagem por fases e caracterizada por uma certa flexibilidade.
6. As acções a empreender devem ter uma componente dupla: harmonizar e dinamizar a aplicação de regras e normas internacionais, mas também implantar em colaboração com bibliotecas, que colaborem entre si, experiências-piloto e demonstrações baseadas em conquistas já alcança-

das. As acções devem ser voltadas para resolução dos problemas existentes.

7. Se a melhoria das comunicações e o estabelecimento de redes foram confirmados como uma importante prioridade para permitir uma melhor partilha dos recursos e fornecer melhores condições para satisfazer as necessidades dos utilizadores, os outros temas abordados durante a consulta não deixaria de ser considerados relevantes para qualquer programa comunitário (acesso temático multilíngue, preservação/conservação, formação). Foram propostas orientações para acções a desencadear no âmbito destas quatro áreas.
8. Foi salientada a necessidade de recurso a outros programas comunitários sempre que considerados apropriados.
9. Os observadores presente saudaram as perspectivas de uma acção comunitária oferecendo o seu apoio para o desenvolvimento futuro da cooperação entre bibliotecas na Europa, a qual consideram que não interfere com os seus objectivos específicos. Os observadores recomendaram no entanto a abertura dos programas comunitários a países terceiros (tal como acontece com o EURONET).

Nota: Portugal esteve representado por uma delegação assim constituída: convidados oficiais: Eng. Carlos Pulido, Dr.^a Isabel Loff, Dr. Luís Filipe Abreu Nunes, Dr.^a Luísa Cabral; a expensas nacionais: Eng. Rafael António.